

COR, STATUS E SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL EM BELO

HORIZONTE:

NOTAS EXPLORATÓRIAS

Carolina Souza Ribeiro da Costa
(Mestrado - IPPUR/URFJ)

Luiz César de Queiroz Ribeiro
(Professor IPPUR/UFRJ e Coordenador Observatórios das Metrôpoles)

Resumo: Dentre o que se convencionou chamar Estudos das Relações Raciais no Brasil, vários tópicos, abordados desde os mais variados campos disciplinares, vêm suscitando interessantes debates.

Atualmente, é comum encontrar diagnósticos que apontam para uma sociedade com uma importante faceta hierárquica, em que o atributo cor/raça é fator determinante das oportunidades de vida das pessoas e dos papéis sociais por elas assumidos. Tal hierarquia seria, no entanto, parte de um quadro social complexo, marcado pelo hibridismo, uma vez que coexistiria a ela uma ordem competitiva, em que o mercado teria a função central de distribuir recursos e poder.

Embora não seja incomum encontrar trabalhos em que se afirma que as desigualdades sociais encontram-se inscritas no território das cidades, de forma que exista correspondência entre uma hierarquia dos grupos sociais e uma hierarquia dos espaços que eles habitam, raramente verifica-se em que medida, e através de quais mecanismos, a configuração dessa hierarquia está influenciada pela composição racial de cada um dos espaços das cidades.

O artigo pretende trabalhar com dados do Censo, tendo os setores censitários por unidade, trabalhando, portanto, no nível dos bairros. O objetivo é avaliar a segregação residencial em Belo Horizonte, tomando a estrutura sócio-espacial da cidade, separando o que pode ser considerado segregação por status sócio-ocupacional e aquilo que pode ser creditado à componente racial de cada área da cidade.

Palavras chave: Belo Horizonte, Segregação residencial, Relações Raciais.

Vários são os estudos publicados em que se investiga a desigualdade social do ponto de vista da apropriação do espaço. De uma maneira geral, pode-se afirmar que elas estão inscritas no território e podem ser observadas nas mais diversas escalas e terminam por engendrar um processo de “causação circular”, quando examinados na escala intra-metropolitana (HARVEY, 1980). Conjugado a um conflito em torno da apropriação das frações do território, cada uma delas com uma determinada oferta de bens e serviços, há outro em torno das diferenças no que tange a ganhos que Bourdieu (1997:163) chamou de “*ganhos de posição ou de classe*”, relacionados à simbologia que se atribui a certos lugares, e que distinguem, da mesma forma, aqueles que deles se apropriam.

Segundo Kaztman (2001), as grandes cidades da América Latina vêm presenciando tendência ao reforço da segregação da população pobre em espaços com traços de guetos. Isso se revela tanto mais preocupante na medida em esse processo é reforçado por outros que também diminuem a possibilidade do convívio inter-classes, como é o caso do enfraquecimento da escola pública de qualidade como espaço de afirmação da possibilidade da igualdade e da mobilidade ascendente. Ao mesmo tempo, o trabalho deixa de funcionar como eixo de articulação de identidades em razão das mudanças geradas pela re-estruturação produtiva e pela crise do Estado do Bem-Estar Social, entre outras mudanças culturais, cedendo lugar ao mundo do consumo que passa a ser o novo principal provedor de códigos para a identificação individual com coletivos mutantes. As solidariedades que surgiam da luta coletiva de trabalhadores, algumas delas tendo a identidade de bairro como pano de fundo, perdem a força com a reedição da tendência a uma visão da classe trabalhadora como classe perigosa, fornecendo os argumentos que justificam o auto-isolamento das classes médias e altas em os espaços homogêneos, separados e fortificados.

Nas metrópoles brasileiras, a forma como se organiza a produção imobiliária parece informar, ou ao menos, fornecer pistas importantes para a forma como se reitera a segregação. Assim, temos, de um lado, um submercado que atende às camadas inferiores da hierarquia socioeconômica, e que se guia pela necessidade de produzir com os menores custos possíveis para uma população que não têm acesso a crédito para habitação e tampouco possuem capacidade de poupança. Para tanto, a produção se dá em áreas periféricas, por meio de loteamentos clandestinos ou irregulares, em áreas em que pouco se oferece em termos de infra-estrutura urbana, muitas vezes utilizando-se a autoconstrução das moradias. As favelas são incluídas nesse submercado, por serem, muitas vezes, espaços onde o acesso à terra urbana foi obtido através de invasões (ou ocupações, como querem grupos organizados que reclamam o cumprimento de uma função social da terra urbana), e de se tornarem, por isso, não reconhecidas legalmente como parte da cidade.

Na outra ponta, o submercado superior, que atende a grupos localizados nos estratos superiores da distribuição de renda e riqueza, grupos esses que tendem a se beneficiar da ação dos incorporadores urbanos, que agem em áreas onde já há escassez de solo urbano, produzindo normalmente uma valorização imobiliária adicional das propriedades do entorno e propiciando a reiteração, ou por muitas vezes, o aumento, da concentração da renda da terra em favor dos estratos superiores que já habitam as áreas

que recebem tais lançamentos imobiliários. Desde o aumento do porte dos incorporadores imobiliários, fenômeno que remonta ao final dos anos 60, quando o financiamento público do sistema habitacional permitiu a centralização das poupanças, é a forma empresarial que essa tem se afirmado como a principal responsável por lançamentos de moradias nas cidades. Com o aumento da ligação entre mercado imobiliário e mercado financeiro, mantida após a crise do financiamento público no setor, observamos uma aliança que busca ampliar as fronteiras espaciais e temporais da acumulação como estratégia de luta contra a sobreacumulação que obstaculiza a circulação do capital. Temos então uma realidade em que o mercado imobiliário é crescentemente dominado por um setor que promove a elitização de áreas centrais valorizadas e a intervenção pontual em periferias consolidadas, deixando de lado extensas áreas ocupadas por uma população marcada pela instabilidade financeira que a impede de se infiltrar em mecanismos de acesso à habitação que exigem endividamento de longo prazo. (LAGO, 2000; RIBEIRO L., 2001/2002; HARVEY, 1980.)

Várias são as conseqüências da segregação urbana que levam o assunto a ter atenção acadêmica. Das relações de vizinhança é possível que se teça uma rede de reciprocidade e contatos da qual se constrói o capital social necessário para utilização em estratégias coletivas e que também podem ser utilizadas em estratégias de mobilização social ascendente individual. No entanto, essas propriedades que emanam das relações locais cotidianas exigem que a sociedade como um todo partilhe da mesma história, dos mesmos códigos, dos mesmos direitos. Ocorre que a difusão de valores igualitários e a valorização da ordem competitiva, ao mesmo tempo em que os espaços populares são apontados como espaço privilegiado da criminalidade, da falta de normas, impedem que as classes populares utilizem-se de seu isolamento sócio-espacial como *“fermento para a sua constituição como atores sociais legítimos”*(RIBEIRO L., 2002:101). Em tempos em que a discriminação por endereço - no mercado de trabalho, no mercado de crédito e mesmo nas interações mais íntimas, como é o caso das relações de amizade e de namoro - vem se tornando reclamação cada vez mais comum por parte das populações faveladas, a segregação urbana coloca-se como um problema da mesma ordem que todos aqueles que impedem a fruição igualitária dos direitos de cidadania, mantendo as distâncias sociais erigidas dentro da sociedade (RIBEIRO N., 2001; VIGNOLI, 2000).

A título de exemplificação, RIBEIRO & LAGO (2000), em trabalho sobre a distância social favela/bairro, mostram que, trabalhadores com uma mesma inserção

sócio-ocupacional, ou com mesma escolarização, auferem rendimentos menores se forem moradores de favelas. Dados apresentados no trabalho supracitado, resumidos na tabela 1, mostram que nas posições mais inferiores (sub-proletariado) há maior proximidade entre os moradores da favela e os do bairro, atestados por menores diferenciais de renda. À medida que subimos na hierarquia, as distâncias aumentam, chegando ao máximo entre as ocupações não manuais de nível médio, em que os moradores em favela têm 56% da renda que auferem os moradores dos bairros. A hipótese que pode ser levantada, de forma mais imediata, para explicação desse dado aponta a baixa renda como causa do “confinamento” ao espaço da favela. No entanto, apresentar um endereço de favela pode ser decisivo para a não aceitação em certos empregos, e é o que se depreende pelo hábito cada vez mais comum de se oferecer o endereço de amigos e/ou parentes na hora de preencher requerimentos por emprego, o mesmo ocorrendo em relação a moradores de periferias distantes.

**Tabela 1 - Razão entre a renda média dos moradores. Favela, bairro e cidade
Rio de Janeiro - 1991**

OCUPAÇÃO	Bairro(*)	Favela	Cidade	
	Nbran/Bran	Nbran/Bran	Fav/Bairro	Nbran/Bran
Sub-Proletariado	0,86	0,91	0,93	0,87
Operariado	0,73	0,93	0,84	0,74
Trab.Serv.Com.	0,63	0,87	0,68	0,64
Não-Manual Nível Médio	0,63	0,85	0,56	0,63
ANOS DE ESTUDO				
Sem instrução	0,90	0,81	0,85	0,88
De 1 a 4 anos	0,75	0,92	0,77	0,74
De 5 a 8 anos	0,76	0,99	0,75	0,75
De 9 a 11 anos	0,72	0,89	0,61	0,71
Mais de 12 anos	0,84	0,44	0,67	
IDADE				
Jovem	0,77	0,87	0,78	0,74
Adulto	0,47	0,82	0,46	0,47
Maduro	0,44	0,90	0,37	0,44
Idoso	0,41	0,87	0,30	0,40
GÊNERO				
Homem	0,43	0,77	0,35	0,42
Mulher	0,45	0,93	0,66	0,44

Fonte: Censo 1991, FIBGE Apud RIBEIRO & LAGO, 2000

(*)Exclui os moradores das favelas.

No que diz respeito ao componente racial dos processos de segregação vigentes na sociedade brasileira, pouco se produz, ou de maneira mais específica, pouco há sobre os mecanismos que atuam contemporaneamente na manutenção da formação sócio-espacial que Telles (2003) afirma ser caracterizada pela segregação moderada.

Domina a noção de que é o funcionamento do mercado imobiliário que separa as pessoas segundo a cor, mas através dos mecanismos de preços, já que os negros são fortemente predominantes nos estratos de menor renda. Tal explicação parece ser mais uma das pré-noções no campo em que se estudam as relações sociais no Brasil, pois pressupõe que, não fosse a sobre-representação dos negros nos grupos de pobres e indigentes, os afro-descendentes se distribuiriam de maneira aleatória no espaço. Pressupõe ainda que é a existência de leis e de regras com o intuito explícito de separar grupos populacionais que garante que a segregação aconteça. Assim, de acordo com um certo senso comum científico, o termo segregação teve seu uso limitado à análise de sociedades como os EUA e a África do Sul, onde tais regras/leis foram realidade por tempo significativo. Nesse sentido, é digno de nota o comentário de Telles:

“(...)segregação é um termo usado analiticamente na sociologia dos Estados Unidos como descritivo de uma grande distância social, mas para os latino americanos esse termo tem a conotação de um sistema racial de explícita e abominável divisão ou separação racial.”
(TELLES, 2003:25-6)

Essa noção ignora, portanto, a possibilidade de existirem práticas em que o racismo opera como parâmetro de certas escolhas que culminariam em resultados desiguais para os grupos raciais, alterando o resultado que se alcançaria pela operação pura dos mecanismos de mercado. Quanto a isso, é útil levar em consideração dois pontos. Primeiro, que a revogação das leis destinadas à segregação residencial nos dois países supracitados não produziu a heterogeneidade desejada, nem como tendência. Além disso, é essencial considerar que, na consolidação do mercado residencial, um ator com papel decisivo é o Estado, responsável pela instalação de infra-estrutura e de equipamentos públicos diversos como escolas, áreas de lazer, etc., assim que gerencia e/ou regulamenta o sistema de transporte público, além de estabelecer as regras legais de uso e ocupação do solo urbano a serem obedecidas pelos agentes da produção do espaço. Uma vez que todos esses elementos são decisivos na formação de preços do mercado imobiliário, acreditar na segregação como resultado do funcionamento de um mercado auto-regulado, consiste num erro, que subestima a importância do Estado na constituição da estrutura urbana, portanto no grau de maior ou menor heterogeneidade

social dos espaços da cidade. Ora, a intervenção do Estado na cidade expressa os conflitos de interesses e valores existentes na sociedade, portanto escolhas societárias¹.

No Brasil, três são as hipóteses que levantadas para explicação da segregação residencial por cor/raça: i) distribuição desigual da renda e da riqueza, produzindo uma situação em que pretos e pardos teriam um menor acesso aos mercados normal e superior de produção imobiliária, produzindo uma estrutura em que as áreas pobres, de tipo sócio-espacial inferior, maioria das áreas das cidades brasileiras, produzidas pela ação do mercado infranormal, se caracterizam pela maior mescla residencial por cor; ii) racismo no mercado imobiliário, hipótese ainda não provada; iii) auto-segregação de pretos, pardos ou brancos, por motivos que vão desde o comportamento preventivo dos negros em relação a possível recorrência de atitudes racistas por parte da vizinhança predominantemente branca, até a afinidade cultural e redes de solidariedade estabelecidas historicamente por indivíduos de uma mesma ascendência étnica, como é o caso dos bairros inicialmente formados por ex-escravos e seus descendentes, bairros esses que podem contar com instituições político-culturais relevantes para esses grupos. Ou ainda os bairros reconhecidamente ocupados a partir de determinados fluxos migratórios, o que torna sua ocupação resultado, ao menos em parte, das características étnicas do grupo migrante.

Cor e Espaço Social em Belo Horizonte

Para o caso específico de Belo Horizonte, os trabalhadores pobres, à época da construção e fundação da capital, tinham lugar determinado na estrutura espacial que se planejava. Dessa forma, o plano de construção da capital incluía também uma preocupação social do espaço, fato que gerou desde a sua formação hierarquias que iam no sentido centro-periferia. Constitui-se assim a segregação sócio-espacial promovida pelo Estado, materializada na divisão entre a zona urbana, destinada a funcionários públicos, proprietários na antiga capital Ouro Preto e à elite com recursos para pagar pelos caros lotes a venda; e a zona suburbana, destinada às classes populares, com menor provisão em termos de infra-estrutura urbana.

¹ Vignoli aponta a França como um caso em que o poder público interviu no mercado imobiliário com o objetivo explícito de combater a segregação residencial através de “criterios como los de número mínimo de viviendas sociales por municipio (...) u otros de levantamiento de viviendas para pobres em barrios pudientes.” (2000:246)

Há pouco material acerca da influência da composição racial na estruturação da forma sócio-espacial da metrópole belo-horizontina. LE VEN (1977), em seu trabalho sobre a formação espacial de Belo Horizonte no período 1893-1914, fala da importância da imigração para o povoamento das colônias agrícolas a serem instaladas nos arredores da nova capital. Seu trabalho mostra como, mesmo nas zonas suburbana e agrícola, em que eram mantidas as camadas populares da população com sérias restrições a sua mobilidade dentro do espaço da capital, dava-se preferência a população imigrante, com o pretexto oficial de se obter trabalho qualificado para a construção da capital, mas com o objetivo explícito de povoamento, em que se preferia o branco europeu ao brasileiro mestiço, “na melhor das hipóteses”. Ecos de uma política nacional imigrantista que se preocupava vivamente com o caráter mestiço da população brasileira, que impossibilitaria o país de se pôr em marcha de ordem e progresso – o lema positivista que também inspirou concepção e construção de Belo Horizonte - com tal população com claros riscos de “degeneração” (COSTA, 2002)². Afora os espaços populares rigorosamente regulamentados, onde era garantida a posse e não a propriedade, como era o caso do Barro Preto, à população pobre eram reservadas as favelas, expostas ao risco constante de remoção, ora porque a cidade cresce e essa parcela de solo urbana passa a ser desejada pelo mercado imobiliário, ora para dar lugar a novas vias de acesso. (TEULIÈRES, 1957; PLAMBEL, 1977).

Outra referência que merece destaque é Teulière, com seu trabalho acerca das favelas da cidade, em que enfoca especialmente a favela dos marmiteiros, erradicada para a construção da via Urbana Leste-Oeste, em que faz uma caracterização da população moradora daquele espaço. Sobre a população favelada de Belo Horizonte, afirma:

“Do Rio Doce, da região do Paracatu, das bacias do São Francisco e do Rio das Velhas, provêm, sem cessar, roceiros, trabalhadores agrícolas sobretudo, e, em grande maioria, gente de côr: mestiços de todos os tipos, mulatos, caboclos e caribucos, prêtos também, descendentes de escravos, que se tornaram empregados de fazenda ou pequenos fazendeiros.”(TEULIÈRES, 1957:12)

Ao falar especificamente sobre a população dos Marmiteiros, afirma que “apenas 2% da população é branca”, sendo possível ver ali, como na maioria das

² Em 1912, houve um recenseamento da população da cidade por ordens do então prefeito, e chama atenção o fato de a capital contar com 11,5% de estrangeiros entre a população, que então contava quase 39 mil moradores. (LE VEN, 1977: 104)

favelas de então, uma *“inextricável mistura das raças brancas, negra e ameríndia”* (1957:30). Seu texto revela uma certa ambigüidade acerca do conteúdo das relações cotidianas entre negros e brancos, tanto dentro da favela, como fora dela. Como se vê em alguns trechos:

“O favelado é humilhado por ser um negro, mas em reação, afeta uma certa superioridade (...). Entretanto, procura uma cabrocha (jovem pouco mestiçada) e se pode, uma branca, para casar.” (1957:30)

“O racismo, entre os favelados, é bastante atenuado, inofensivo, o mais das vezes, como o da maioria dos brasileiros. Não comporta repugnância, nem desprezo. Prefere-se a pele branca, os cabelos longos e lisos e isso é tudo. Os verdadeiros preconceitos raciais, que são também sociais, não tomam importância senão no seio da burguesia.” (1957:31)

Do relato desse francês, depreende-se a visão da favela como *“câncer urbano”* (1957:37), espaço em que se geram *“doenças e perversões, onde a família não pode se constituir normalmente”* (1957:7). Os traços culturais e religiosos negros que se vêem na umbanda, no congado ou mesclados às práticas católicas são marcas desses lugares, o que os caracteriza como espaços negros, mas os relatos são marcados pelo desprezo, que trata tais aspectos culturais como meras superstições, que os educadores devem se esforçar por *“extirpar”*. Nos relatos de Teulière, as favelas são apresentadas como espaços nocivos à cidade, que reclamam a atuação da polícia.

Entre os trabalhos escritos mais recentemente tratando especificamente da questão racial, há o de Telles, em que aplicam-se medidas quantitativas, consagradas nos EUA, ao caso brasileiro. Medidas como o Índice de Dissimilaridade³, o Índice de Exposição de Brancos a Negros e Índice de Isolamento dos Negros⁴ foram obtidos a

³ *“O índice de dissimilaridade (...) mede a extensão na qual os grupos sociais, se distribuem de maneira diferencial entre bairros de um centro urbano.(...) Especificamente, mede o percentual do grupo A que teria que sair do setor censitário atual para que a distribuição fosse coincidente ou igual à do grupo B. O valor de D varia de zero, onde os grupos A e B se distribuem equilibradamente por toda a área urbana, até cem, onde A e B não compartilham qualquer estrato, ou seja, uma segregação completa.”* (TELLES, 2003:169).

⁴ *“O índice de dissimilaridade não capta a extensão da exposição ou isolamento em relação aos membros de outros grupos. Logo, calcula-se também índices de exposição que medem a extensão em que membros de um determinado grupo social estão expostos a outros de outro grupo pelo fato de viverem em um mesmo bairro. Diferentemente dos índices de dissimilaridade de segregação essa medida é amplamente afetada pela composição racial de uma região. Por exemplo, os brancos são mais propensos a ficar expostos aos negros em lugares onde estes formam uma grande porção da população, mas a dissimilaridade não é necessariamente afetada. Especificamente, o índice de exposição de brancos a negros mede a proporção de vizinhos negros que residem em um dado setor censitário em que vive o branco médio. Assim como o índice de dissimilaridade, pode variar entre zero e cem, em que zero representa os casos em que a média das pessoas brancas não têm vizinhos pretos ou pardos e cem significa que todos os vizinhos da média das pessoas brancas são negros”.* (TELLES, 2003:171)

partir dos dados do Censo de 1980, revelando o padrão que ele chamou segregação moderada, em comparação aos Estados Unidos. Segundo o autor, 41% dos brancos e 41% dos negros de Belo Horizonte teriam de se mudar de seus bairros para que houvesse uma distribuição espacial equivalente por toda a região metropolitana para todos os grupos.

Tabela 2 – Índices de Composição e Segregação – Cidades Selecionadas

Região Metropolitana	Dissimilaridade	Exposição dos brancos aos negros	Isolacionismo dos Negros	Percentual dos Negros
São Paulo	37	21	37	25
Rio de Janeiro	37	32	50	40
Belo Horizonte	41	35	58	45
Recife	38	50	70	73
Porto Alegre	37	12	23	15
Salvador	48	56	82	77
Fortaleza	40	54	75	69
Curitiba	39	13	26	16
Brasília	39	37	57	46
Belém	37	59	77	72

Fonte: Censo 1980, IBGE
Apud Telles, 2003

Para refutar a idéia de que a segregação residencial é uma questão em que a cor pode ser subsumida à questão de status econômico, Telles apresenta índices de dissimilaridade por faixa de renda familiar (Tabela 3). Seus resultados apontam para a existência de segregação residencial por cor entre pessoas de mesmo grupo de renda. A segregação também aumenta com a renda, “*indicando uma maior importância da raça na moradia da classe média do que nas classes mais baixas*”, seja por auto-segregação ou por racismo. (TELLES, 2003:177)

Tabela 3 – Índices de Dissimilaridade entre Brancos, Pardos e Pretos por Grupo de Renda Familiar – Belo Horizonte

Grupo de renda familiar (dólares/mês) ^a	Dissimilaridade entre:	
	Brancos e Pretos	Brancos e Pardos
74-149	44	41
150-224	45	42
225-374	46	42
375-749	57	45
750-1499 ^b	- ^c	55

Fonte: Telles, Edward. "Residential Segregation By Skin Color in Brasil." *American Sociological Review*. 1992, V. 57(abril:186-197)

Apud Telles, 2003

a) não há indicação sobre os valores reais correspondentes às faixas citadas. A tabela no original apresenta reais no cabeçalho da tabela, mas no corpo de texto, o autor de refere a dólares. Como em a moeda de 1980 não era o Real, e como dólares parece mais razoável, assim registrei a tabela.

b) Não havia um número significativo de famílias em que o chefe de domicílio é preto ou pardo por setor censitário (mínimo de 3 famílias, conforme Telles) na faixa acima de 1500 dólares/mês para o cálculo do índice.

c) Não havia um número significativo de famílias em que o chefe de domicílio é preto por setor censitário (mínimo de 3 famílias, conforme Telles) na faixa acima de que vai de 750 a 1499 dólares/mês para o cálculo do índice.

Caracterização racial da estrutura sócio espacial da RMBH⁵

Procuramos identificar o estado atual da hierarquia sócio-econômica de Belo Horizonte e a sua relação com a diferenciação por cor da população. Para tanto, realizamos em primeiro lugar uma análise fatorial dos perfis de educação e de renda da população moradora das AED's⁶. Para educação, utilizamos como indicadores os anos de escolaridade da população com idade acima de 16 anos estratificada pelas seguintes faixas: sem instrução; 1 a 3 anos, 4 a 7; 8 a 10; 11 a 14, mais que 15 anos de estudos. Para a renda, usamos a renda mensal individual total das pessoas de 14 anos ou mais, segundo as seguintes faixas de salário-mínimo: até 1/2; de 1/2 a 1; 1 a 2; 2 a 5; 5 a 10; 10 a 20; mais de 20; e sem renda. Uma tipologia foi construída para expressar a hierarquia sócio-econômica do espaço metropolitano de Belo Horizonte com base nos resultados da análise fatorial e na classificação hierárquica das AED's. Em seguida, construímos outra tipologia utilizando as diferenças da composição de cor da população, utilizando

⁵ Com base nos dados do Censo 2000

⁶ O estudo utilizou os dados do Censo 2000 desagregados por AED's – Áreas de Expansão da Domiciliar, unidade espacial de menor escala em que o IBGE disponibiliza as informações amostrais. São regiões

as três modalidades de branco, preto e pardo através dos mesmos procedimentos. A fim de buscar a relação entre status e cor, relacionamos as duas tipologias.

O total da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte ultrapassava as 4300.000 pessoas, e dessas, 47% se declararam brancas, 43% pardas e 9% pretas. Note-se que pretos e pardos têm um padrão de distribuição semelhante entre os espaços (tabela 4), o que confirma a proximidade desses dois grupos em oposição ao grupo branco, quando utilizadas medidas de suas características socioeconômicas. Dessa forma, também no que toca a distribuição espacial, tratar pretos e pardos como um único grupo pode ter alguma validade analítica, como o que é feito com os vários índices diferenciados por cor que se produz no Brasil.

A interpretação da classificação obtida leva em consideração três dimensões: a composição sócio-econômica de cada tipo obtido, a distribuição das categorias sócio-econômicas levadas em consideração através da utilização dos indicadores de renda, assim como escolaridade e a densidade relativa destas categorias nos tipos⁷. Obtêm-se tipos espaciais considerados socialmente homogêneos, classificados da seguinte forma⁸:

Grupo Inferior: segundo a escolaridade, estão sobre-representados nesses grupos os indivíduos acima de 16 anos com 1 a 3 anos de estudo (32% acima da média metropolitana), e de 4 a 7 anos de estudo (21% acima da média), assim como as pessoas com mais de 15 anos de estudo (36% acima da média). Pessoas com escolaridade entre 8 e 10 anos têm uma participação equivalente a média. Considerando a variável renda, caracteriza-se por uma participação acima da média das pessoas com renda de até 2 salários mínimos, sendo que os indivíduos sem renda representam 34% dos indivíduos desse grupo.

Grupo Médio Inferior: segundo a escolaridade, temos aqui, presentes acima da média metropolitana as pessoas que possuem 8 a 14 anos de escolaridade, sendo que o grupo de indivíduos com escolaridade entre 4 e 7 anos tem participação equivalente à média metropolitana. Quanto à renda, os espaços que formam esse subgrupo são compostos por uma população em que pessoas com renda entre 2 e 5 SM e aquelas com renda entre 5 e 10 salários mínimos estão representados acima da média (13% e 19%, respectivamente).

consideradas homogêneas do ponto de vista do tipo sócio-ocupacional, em que não foram separadas as favelas contidas em espaços sociais de tipo sócio-ocupacional distinto.

⁷ Este procedimento é o mesmo utilizado por Ribeiro (2000) e Mendonça (2002) para o Rio de Janeiro e Belo Horizonte, respectivamente. Naqueles trabalhos, porém, foram utilizadas como variável de classificação a posição dos moradores em uma hierarquia sócio-ocupacional previamente construída.

Grupo Médio: quanto à escolaridade, estão sobrerrepresentados os grupos sem instrução (167% acima da média metropolitana) e aquele com indivíduos com escolaridade de 11 a 14 anos (62% acima da média). Pessoas com renda acima de 5 SM estão sobrerrepresentadas, enquanto pessoas com renda entre 2 e 5 SM estão presentes segundo a média do conjunto da RMBH.

Superior Médio: caracteriza-se pela presença de grupos com escolaridade entre 11 e 14 anos acima da média do conjunto (46% acima), assim como estão sobrerrepresentados os indivíduos sem escolaridade (50% a mais – principal distinção entre grupo médio, com maior densidade relativa de pessoas sem instrução), pessoas com escolaridade que vai de 8 a 10 anos têm representação próxima à média metropolitana. Quanto à renda, a população com renda mensal entre 2 e 5 SM está sobrerrepresentada, pessoas com renda abaixo de 2 SM têm presença abaixo do conjunto da metrópole.

Grupo Superior: é a variável renda que distingue esse grupo dos demais. Nesse conjunto de espaços concentram-se os indivíduos com renda acima de 20 SM (46% do total de indivíduos nessa faixa de renda), com uma densidade relativa que corresponde a 583% mais que a média metropolitana. Nesse grupo ainda estão sobrerrepresentadas as pessoas com renda entre 5 e 10 SM (85% acima da média metropolitana) e aquelas com renda entre 10 e 20 SM (283% acima). Segundo a escolaridade, observamos uma participação acima da média para o grupo sem instrução, (449% acima da média) e para o grupo com pessoas que possuem entre 11 e 14 anos de escolaridade.

⁸ Ver anexo

Tabela 4 - Distribuição dos grupos de cor/raça através dos tipos sócio-espaciais

Cor/Raça	Tipos Sócio-Espaciais					
	Inferior	Médio Inferior	Médio	Superior Médio	Superior	Total Global
Branços	47%	20%	14%	8%	11%	100%
Pardos	68%	20%	6%	5%	1%	100%
Pretos	68%	18%	7%	6%	1%	100%
Outros	66%	18%	7%	5%	4%	100%
Total	58%	20%	10%	6%	6%	100%

Fonte: Censo 2000. Elaboração: Observatório/IPPUR/UFRJ

Quando se observa a composição racial de cada uma das áreas, nota-se a supremacia branca nas áreas com perfil sócio-ocupacional do tipo médio, médio superior e superior. Brancos representam 89% da população das áreas superiores. Da mesma forma, negros estão sobre representados nas áreas inferiores.

Tabela 5 – Participação dos Grupos segundo a cor/raça por Tipo Sócio-Espacial

Cor/Raça	Tipos Sócio-Espaciais					
	Inferior	Médio Inferior	Médio	Superior Médio	Superior	Total Global
Branços	38%	49%	67%	58%	89%	47%
Pretos	10%	8%	6%	7%	2%	9%
Pardos	50%	43%	26%	34%	8%	43%
Outros	1%	1%	1%	1%	1%	1%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo 2000. Elaboração: Observatório/IPPUR/UFRJ

A próxima tabela sintetiza as informações acerca da proporcionalidade da composição racial dos espaços levando-se em consideração a distribuição vigente na região metropolitana como um todo. Podemos observar que pretos e pardos não estão sobrerrepresentados em nenhum espaço, a não ser naqueles de tipo social inferior, em que a sua participação registrada é 20% maior que no conjunto da metrópole. O espaço médio inferior se caracteriza como o espaço que segue mais de perto a composição por cor da região metropolitana, sendo os espaços superiores os que apresentam a maior

discrepância. Espaços brancos por excelência, registram os membros deste grupo com uma proporção equivalente a praticamente o dobro do que é para o conjunto metropolitano.

Tabela 6 – Densidade Relativa de pretos, brancos e pardos, por tipo sócio-espacial Belo Horizonte

Cor/Raça	Tipos Sócio-Espaciais					
	Inferior	Médio Inferior	Médio	Superior Médio	Superior	Total Global
Branços	0,8	1,0	1,4	1,2	1,9	1,0
Pretos	1,2	0,9	0,7	0,9	0,2	1,0
Pardos	1,2	1,0	0,6	0,8	0,2	1,0
Outros	1,1	0,9	0,7	0,8	0,6	1,0
Total Global	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: Censo 2000. Elaboração: Observatório/IPPUR/UFRJ

Olhando com mais atenção para a composição racial dos espaços, notam-se interessantes nuances. A partir da distribuição dos grupos raciais no espaço, gerou-se uma tipologia, segundo a qual as AED's foram classificadas como espaços do tipo Branco, Negro, Branco 2 e Negro 2. Os primeiros tipos fazem referência a espaços marcadamente brancos e negros (pretos e pardos), enquanto os dois últimos tipos falam de espaços em que há uma maior mescla residencial por cor, mas que mesmo assim, em sua composição tendem a uma maior participação da raça que lhe dá nome. Tal tipologia não faz referência a percentuais exatos de participação de grupos raciais no espaço e, como os tipos sócio-espaciais, falam de regularidades obtidas através da análise de “variâncias” desses grupos.

Através da tabela 7, podemos observar que, dos 147 espaços listados, temos 84, representando 67,2% do total, em que a convivência inter-racial é facilitada pela proximidade residencial. Nesses espaços moram 61% da população, concentradas nos espaços inferiores da hierarquia. As discrepâncias se dão nos espaços negros e brancos. 7,5% dos espaços da metrópole são classificados como brancos, concentrando 9% da população, população esta que se divide entre os espaços de tipo superior e de tipo médio. Na outra ponta, os espaços negros, que equivalem a 25,2% das áreas listadas,

onde habitam 30% da população, sendo que, desses mais da metade, 58% nos espaços de tipo inferior e médio inferior.

Tabela 7 – Espaços sócio-espaciais da RMBH, com a participação de cada tipo racial em cada tipo sócio-espacial

Tipo Sócio-Espacial	Tipo Racial				Total Global
	Branco	Branco 2	Negro	Negro 2	
Inferior	0,0%	29,3%	20,7%	50,0%	100,0%
Médio Inferior	0,0%	40,0%	44,0%	16,0%	100,0%
Médio	45,5%	9,1%	36,4%	9,1%	100,0%
Superior Médio	0,0%	63,6%	27,3%	9,1%	100,0%
Superior	75,0%	25,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total Global	7,5%	32,0%	25,2%	35,4%	100,0%

Fonte: Censo 2000. Elaboração: Observatório/IPPUR/UFRJ

A cor da favela

As duas tabelas que se seguem cruzam as duas tipologias – racial e sócio-espacial - utilizando os dados que se referem apenas a população favelada, obtidos indiretamente através da variável domicílio em aglomerado subnormal, com o objetivo de investigar alguma sobreposição entre o status do negro e o do favelado. Segundo esses dados, a população favelada na região metropolitana de Belo Horizonte é de cerca de 430.000 pessoas, e a ocupação da maioria das favelas é do tipo inferior, já que 71% da população de aglomerações subnormais habitam espaços do tipo inferior.

Tabela 8 – População residente em favela, com a participação de cada tipo racial em cada tipo sócio-espacial – Belo Horizonte

Tipo Sócio-Espacial	Tipo Racial				
	Branco	Branco 2	Negro	Negro 2	Total Global
Inferior	0%	72%	92%	63%	71%
Médio Inferior	0%	17%	5%	21%	16%
Médio	100%	2%	2%	9%	8%
Superior Médio	0%	6%	1%	7%	5%
Superior	0%	2%	0%	0%	0%
Total Global	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo 2000. Elaboração: Observatório/IPPUR/UFRJ

Através da tabela 9, podemos ver que o tipo racial predominante é o negro 2, que concentra 63% da população residente em espaços subnormais. Explorando um pouco mais a diversidade social de cada grupo classificado por tipo racial, vemos que a participação negra é predominante entre os espaços normais inferiores, uma vez que é nos espaços negros que concentram 92% da população residente em espaços do tipo inferior. Há uma virtual ausência de espaços subnormais com ocupação do tipo branco, sendo que, mesmo nos espaços subnormais do tipo branco 2, moram apenas 8% da população total residente em espaços subnormais. Os espaços branco 2 e negro 2 são os que apresentam maior diversificação social, haja vista o fato de possuírem de distribuírem, respectivamente, 28% e 37% de sua população em espaços que não sejam do tipo inferior. Nesses espaços, a presença da população em espaços do tipo superior médio equivale a 6% para espaços do tipo branco 2, 7% para espaços do tipo negro 2, contra 1% da população que mora em espaços do tipo negro morando em do tipo superior médio.

Tabela 9 – População residente em favela, com a participação de cada tipo sócio-espacial em cada tipos racial – Belo Horizonte.

Tipo Sócio- Espacial	Tipo Racial				
	Branco	Branco 2	Negro	Negro 2	Total Global
Inferior	0%	8%	36%	56%	100%
Medio	18%	2%	8%	72%	100%
Médio Inferior	0%	8%	9%	83%	100%
Superior	0%	10%	4%	86%	100%
Superior Médio	0%	100%	0%	0%	100%
Total Global	1%	8%	28%	63%	100%

Fonte: Censo 2000. Elaboração: Observatório/IPPUR/UFRJ

Conclusão

A distribuição dos grupos raciais dentro do espaço da metrópole belo-horizontina não respeita uma regra de segregação absoluta, porém, a estrutura sócio-espacial observada através da distribuição de negros e brancos pelas áreas da cidade, está longe de ser aleatória. Apesar de haver espaços em que há uma relativa convivência inter-racial entre vizinhos, os espaços polares, superiores e inferiores, são marcados, respectivamente, por esmagadora maioria de brancos e negros. Esse trabalho levanta a hipótese de que os resultados obtidos falam não apenas de um retrato estático das relações entre negros e brancos no espaço urbano, mas acredita que o urbano consiste numa arena em que os grupos estão em conflito em torno não só da renda urbana, mas também de ganhos simbólicos de ocupação, tendendo a reiterar distâncias sociais, no caso as distâncias sociais entre grupos raciais que se materializam em piores condições de vida, de trabalho e, portanto, em barreiras ao exercício pleno da cidadania, necessário em sociedades que se pretendem democráticas.

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In.: BOURDIEU, Pierre. (Coord.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997

COSTA, Carolina Souza Ribeiro. Estado de Mal Estar Racial. *Uma apreciação do papel do Estado na transição do regime de exploração de mão-de-obra*. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2003 (monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas).

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980

KAZTMAN, Rubén. Seducidos y Abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. In.: *Revista de la Cepal*, 75, dezembro de 2001.

LAGO, Luciana Corrêa do. A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos. In.: *Planejamento e Território: Ensaio sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR/UFRJ – ano XV, nº 2, Ago-Dez 2001 / Ano XVI, nº 1, Jan-Jul 2002

LE VEN, Michel Marie. *As Classes Sociais e o Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte. (1893-1914)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1977 (Tese de Mestrado).

MENDONÇA, Jupira Gomes. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In.: MENDONÇA, Jupira. GODINHO, Maria Helena de Lacerda. (Orgs.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

MENDONÇA, Jupira. GODINHO, Maria Helena de Lacerda. (Orgs.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. (Org.) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

OLIVEIRA, Jane Souto de. SILVA, Denise. LIMA, José Matias. MELO, Dorian Luis. Notas sobre a Inserção Socioeconômica de Moradores de Favela. In.: *A Cidade da Informalidade: O desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro, Livraria Sette Letras, FAPERJ, 2003

PLAMBEL. *Caracterização da População Favelada de Belo Horizonte*. 1977

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação, Acumulação Urbana e Poder: Classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. In.: *Planejamento e Território: Ensaio sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR/UFRJ – ano XV, nº 2, Ago-Dez 2001 / Ano XVI, nº 1, Jan-Jul 2002

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A Cidade, as Classes e a Política: Uma Nova Questão Urbana Brasileira. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Cidade Desigual ou Cidade Partida? Tendências da Metrópole do Rio de Janeiro, In Ribeiro et alii O Futuro das Metrôpoles. Desigualdades e Governabilidade, Editora REVAN?Observatório das Metrôloes, Rio de Janeiro, 2000).

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. LAGO, Luciana. A Divisão Favela-Bairro no Espaço Social do Rio de Janeiro. In.: *Anais do XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, realizado em Petrópolis, 2000.

RIBEIRO, Núbia. *et al.* Becos da Nemória, *Desenhos de Cidadania – Pedreira Prado Lopes: A vila no trajeto de sua história oral*. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte / Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2001

SABATINI, Francisco. Reforma de los mercados de suelo en Santiago, Chile: efectos sobre los precios de la tierra y la segregación residencial. In.: *EURE (Santiago)*. [online]. maio 2000, vol.26, no.77 [citado em 15 Março 2004], p.49-80. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007700003&lng=es&nrm=iso>

TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira: Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003

TEULIÈRES, Roger. Favelas de Belo Horizonte. In.: *Boletim Mineiro de Geografia*. Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Regional de Minas Gerais, nº 1, julho de 1957.

VIGNOLI, Jorge Rodriguez. Segregación Residencial: un acercamiento sociohistórico. In.: *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Nº 14. Porto Alegre: UFRGS, dezembro de 2000.

Anexo – Construção dos tipos sócio-espaciais.

Tabela A – Densidade Relativa, segundo a renda, para cada tipo sócio-espacial.

	Inferior	Médio Inferior	Médio	Superior Médio	Superior	Total
Sem Renda	1,11	0,95	0,82	0,88	0,66	1,00
Até Meio SM	1,28	0,78	0,60	0,70	0,29	1,00
Meio a 1 SM	1,20	0,95	0,64	0,74	0,34	1,00
1 a 2 SM	1,16	1,00	0,68	0,80	0,42	1,00
2 a 5 SM	0,99	1,13	0,95	1,11	0,70	1,00
5 a 10 SM	0,62	1,19	1,74	1,57	1,85	1,00
10 a 20 SM	0,34	0,89	2,41	1,71	3,83	1,00
Mais 20 SM	0,15	0,51	2,56	1,22	6,83	1,00
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Censo 2000. Elaboração: Observatório/IPPUR/UFRJ

**Tabela B – Densidade Relativa, segundo a escolaridade,
para cada tipo sócio-espacial**

	Inferior	Médio Inferior	Médio	Superior Médio	Superior	Total
Sem Instrução	0,19	0,65	2,67	1,50	5,49	1,00
1 a 3 anos	1,32	0,81	0,48	0,62	0,17	1,00
4 a 7 anos	1,21	1,00	0,57	0,76	0,23	1,00
8 a 10 anos	1,03	1,14	0,85	1,03	0,56	1,00
11 a 14 anos	0,68	1,17	1,62	1,46	1,66	1,00
Mais de 15 anos	1,36	0,71	0,44	0,59	0,19	1,00
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Censo 2000. Elaboração: Observatório/IPPUR/UFRJ